

Recuperação da economia já segue o plano de Delfim

JORNAL DO BRASIL

Brasil

19 DEZ 1984

O ano de 84 vai terminar bem melhor do que a maioria diagnosticava e como o Ministro Delfim Neto, do Planejamento, já previa em janeiro e reforçava em junho, ao sustentar que a partir do segundo semestre o Brasil iria conhecer a recuperação de sua economia e teria abertas, seguras perspectivas de melhores dias em 85. Na verdade, com o esforço, de exportação a economia brasileira pode crescer cerca de 4% neste ano e já permite que se vislumbrem crescimentos de até 7% nos próximos cinco anos.

Para que essa recuperação se consolidasse bastaria que, ao esforço interno, se juntasse uma recuperação da economia internacional e, em especial, da economia norte-americana. Alguns economistas, como o Diretor-Adjunto do Departamento de Comércio Exterior da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, José Freitas Valle, acreditam que as exportações brasileiras podem, mesmo, crescer no ano que vem e Valle arrisca US\$ 15 bilhões, contra US\$ 13 bilhões com que vai fechar o superávit das exportações deste ano.

QUEDA DOS JUROS

Para a consolidação da recuperação da economia brasileira que começou a se operar, visivelmente, a partir de julho deste ano, seria bom que o Brasil tivesse que pagar menos pela sua dívida externa. As sucessivas quedas das taxas de juros dos principais bancos norte-americanos credores do Brasil, deixam claro que esse panorama está se consolidando. O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, anuncia, recentemente, que os banqueiros internacionais credores do Brasil estão otimistas quanto ao ritmo de recuperação da economia brasileira, face aos sinais dados pelo desempenho do segundo semestre de 84, e já se mostram permeáveis a uma ampliação dos prazos de renegociação da dívida externa do país. Esse é um primeiro passo para que essa recupe-

ração possa ser sustentada pelo próximo governo, a partir de março de 85. Ganhar tempo para que o Brasil possa crescer tem sido uma das grandes preocupações do governo do Presidente João Figueiredo na administração da dívida externa do país.

Como o Ministro Galvães assegurou, o Brasil poderá não precisar pedir dinheiro novo já em 85 e manter essa atitude pelos próximos quatro anos, o prazo necessário para que o Brasil recupere a solidez de sua economia que se registrava antes da recessão o colher violentamente nos últimos quatro anos. É questão essencial que o Brasil não vá pegar recursos adicionais, pois com eles aumentaria ainda mais o total de sua dívida e, em consequência, o total dos juros a pagar. Sem precisar "dinheiro novo" e se beneficiando da queda dos juros dos bancos credores norte-americanos, abre-se o espaço necessário para que o país garanta o seu crescimento interno e possa cumprir seus compromissos internacionais.

Somente haverá crescimento sustentado se o Brasil pagar menos ao exterior, principalmente nestes próximos quatro anos. Com a melhoria da situação internacional, as exportações brasileiras poderão ser mantidas no ritmo atual. Para os empresários que apóiam o ponto de vista do Diretor-Adjunto do Departamento de Comércio Exterior da FIESP, o sucesso das exportações neste ano — e que já começou a se esboçar em fins de 83 — mostra o êxito da conjugação de esforços entre iniciativa privada e governo na busca de mercados alternativos, ante um quadro recessivo que, então, se verificava.

PACTO

O pacto antiinflação firmado entre os empresários e o Governo Figueiredo, negociado pelo Ministro Delfim Netto em diversas etapas, já começou a dar seus resultados, atingindo alguns objetivos fundamen-

PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL

HIPÓTESES BÁSICAS

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Preço Internacional do Petróleo (US\$/barril)	30	33	36	40	43	47	52	57	63	70
Libor (%)	10	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Crescimento Anual das Economias Desenvolvidas (%)	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Crescimento Industrial no Brasil (%)	-2,0	3,0	4,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0

PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL

1984—1993

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
SALDO COMERCIAL										
Exportações	9,0	10,4	11,9	13,3	15,3	17,8	20,8	23,8	27,1	31,0
Importações	25,2	28,9	32,8	37,2	42,3	48,5	55,9	63,8	72,9	83,4
SALDO TRANSAÇÕES CORRENTES										
Serviço da Dívida/Exportações (%)	16,2	18,5	20,9	23,9	27,0	30,7	35,1	40,0	45,8	52,4
Dívida/PIB (%)	-6,0	-5,8	-5,0	-4,6	-3,7	-2,3	-0,6	1,2	3,6	6,5
	71,2	67,6	71,8	66,8	66,8	65,7	60,3	54,2	50,9	45,1
	36,3	34,6	33,3	32,3	30,9	29,2	27,0	24,7	22,3	19,9

tais: reverteu as expectativas altistas que existiam no final de outubro, com previsão de 400% até final de 1985. "Essa expectativa gigantesca realmente acabou", assegurava há dias o presidente da FIESP, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho. Segundo ele, os empresários já hoje com expectativas de que o próximo ano terá uma inflação em torno de 200%, o que, embora ainda não chegue aos níveis ideais, já mostra um panorama muito melhor do que o deste ano e bem melhor do que o dos anos anteriores.

A previsão dos próprios empresários é de que, com o esforço de recuperação conseguido neste ano, a taxa de inflação não chegue a 220% — alguns dados oficiais dão-na entre 218% e 218,5%. Os sinais claros de recuperação, galopante destes dois últimos meses, estão nas preocupações da indústria, apanhadas desprevenidas pelo aumento das vendas do comércio, e em alguns casos enfrentando estoques baixos, principalmente de bens duráveis e eletrodomésticos. O comércio varejista da Grande São Paulo está, entretanto, mantendo o ritmo de recuperação que começou a sentir em agosto.

A retomada do crescimento está atingindo quase todos os setores da economia e algumas marcas históricas estão sendo conseguidas, como é o caso da produção de aço bruto, que em novembro atingiu sua melhor marca desde sempre: 1 milhão 600 mil toneladas, o que representa um aumento de 19,8% em relação a igual mês do ano passado. O recorde, até agora, estava com o mês de maio deste ano, quando a produção chegou a 1 milhão 650 mil toneladas. A produção acumulada de janeiro a novembro deste ano, também superando a de igual período do ano passado, foi de 15 milhões 300 mil toneladas, contra 11 milhões 900 mil, o que representa um crescimento de 28,3%. No caso dos laminados, a recuperação também foi signifi-

cativa: em novembro, 1 milhão 300 mil toneladas e, no acumulado de doze meses, 11 milhões 800 mil (um aumento, do acumulado, de 19,2% em relação ao mesmo período, um ano antes).

FIM DO TUNEL

A luz que se vislumbra no fim do túnel não é mais do trem que vem para nos pegar. A recuperação da economia é um fato indiscutível e os dados estão aí, como lembrou há dias, na Câmara, em discurso de encerramento da legislatura, o líder do Governo, Deputado Nelson Marchesan: "enquanto se tentava equacionar a questão do endividamento, realizavamos investimentos internos para a produção de petróleo, de energia elétrica e, mais expressivamente, produção de álcool". Estes itens aliviaram o endividamento, já que 60% dele era atribuído as importações de petróleo. "Este desafio de eliminar a pressão que a dívida externa exercia sobre a economia foi superado", acrescentava Marchesan. "A nossa dívida foi renegociada e o esforço extraordinário no sentido de aumentar nossas exportações já produziu significativos frutos."

A resposta a esse esforço está na obtenção de superávits no comércio externo, passando de US\$ 6 bilhões 500 milhões, em 1983, para US\$ 13 bilhões neste ano. "A resposta aqueles que temiam pelo futuro da nossa indústria e da produção agrícola", afirmou Marchesan. A reordenação do setor de produção, a retomada do ritmo de emprego, a maior capacidade de compra do brasileiro e a retomada do crescimento do mercado internacional, indispensáveis às exportações brasileiras, garantem que o crescimento da economia do país, verificado a partir do início do segundo semestre deste ano, está para ficar e é uma herança sólida do Governo do Presidente João Figueiredo para seu sucessor, em 15 de março de 85.